

A REVISÃO DA ESCRAVATURA E DO TRÁFICO NEGREIRO EM MOÇAMBIQUE NA OBRA DE JOSÉ CAPELA

Isabel Castro Henriques *

A publicação recente do novo livro de José Capela *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique – 1733-1904*¹ obriga a repensar a diversidade dos problemas relacionados com a escravatura e com o tráfico de escravos naquela região da África e num período em que se verifica o reforço deste comércio no próprio Índico, caracterizado pelo alargamento do comércio de africanos para as Américas.

Se a cronologia não é, nem pode ser, o “abre-te sésamo” do historiador, também se pode dizer que cabe ao historiador não só organizar a história em função do fio cronológico mas considerar os instrumentos que melhor respondem à própria concepção do tempo numa cultura ou numa civilização determinadas.

A leitura da bibliografia de José Capela, mostra-o intervindo na produção livresca a partir dos anos 1971, embora a sua escrita tenha conhecido uma aceleração a partir de 1974. José Capela instala-se na aresta crítica da evolução política desejada e já anunciada, para passar à análise rigorosa, lúcida, quase sempre impiedosa das relações coloniais e colonialistas em Moçambique. Sempre considereirei que o seu primeiro grande livro, *O vinho para o preto*, de 1973, salientava já a formidável contradição do colonialismo, que fornecia à África uma miserável zurrapa, permitindo que os produtores e comerciantes portugueses pudessem enriquecer “intoxicando” os

* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

¹ Porto, Edições Afrontamento, 2002, 395 páginas, gráficos, repertórios, índices e bibliografias.

africanos. Se bem que não o revelando imediatamente, este estudo abria a porta à análise das condições de dominação que sempre caracterizaram o colonialismo português. Embora não o proclamando, a obra de José Capela repele qualquer complacência lusotropicalista que foi, e continua a ser em alguns sectores da sociedade portuguesa, a teoria explicativa das relações coloniais portuguesas.

É por isso que se podem continuar a reler os trabalhos de José Capela com uma espécie de regozijo interior: afinal a história portuguesa podia separar-se da enxúndia do discurso colonialista da auto-satisfação, para proceder a uma análise crítica, que muitos consideram demasiado brutal.

1. Uma nova epistemologia da escravatura

A obra já volumosa e fundamental de José Capela pode dividir-se em dois grupos, sendo o primeiro consagrado a uma história denunciadora e polémica, que se inscreve já no anti-colonialismo que se define nos espaços de língua portuguesa, apenas a partir de Fevereiro de 1961, e o começo daquilo a que continua a chamar-se “guerra colonial” e que devia ser classificado como “guerra da independência”. É quase certo, contudo, que num futuro próximo a reflexão historiográfica das novas repúblicas africanas reporá as etiquetas no seu lugar. Este primeiro grupo da escrita de José Capela encontrou um eco não só legítimo no que se refere ao trabalho do historiador, levando sobretudo em conta a sua função de análise denunciadora, tendo agora uma parte substancial da atenção do autor sido mobilizada pelas condições de violência do comércio esclavagista.

Ao longo dos últimos trinta anos, José Capela dedicou-se a investigar os múltiplos aspectos da escravatura em Moçambique, região menos estudada entre nós, já que as formas angolanas, certamente devido à sua relação com a América em geral, e o Brasil em particular, foram sempre privilegiadas na historiografia portuguesa. O Atlântico diferencia-se dessa maneira do Índico, se bem que a utilização dos escravos moçambicanos se verifique já no século XVI. Mas não foram eles exportados para Portugal, como se verificou no caso dos angolanos. As próprias correntes imigratórias africanas atingem poucos moçambicanos, que formam em Portugal um núcleo demograficamente reduzido, contrariamente ao que se regista no caso dos angolanos, dos caboverdeanos e até dos santomenses.

Este imenso e bellissimo novo livro não foge às regras habituais de rigor que caracterizam a obra de José Capela. Mesmo se, aqui e ali, ficam algumas certezas talvez excessivas, como aquela que afirma que “sistemas de cativeiro sempre terão existido” (p.11), o que nos obrigaria a considerar a existência de uma fatalidade biológica, que obrigaria o homem a impor a sua dominação ao vizinho, ao Outro em geral. Sendo também visível a hesitação que se estabelece, na língua portuguesa, entre o estatuto do “cativo” e do “escravo”. Sem pretender evocar a etimologia do escravo, é contudo evidente que a substituição do cativo pelo escravo ou a justaposição de dois termos, corrente na nossa literatura, é ambígua e exige explicação. O próprio autor procura mostrar que as diferentes formas de dominação dos homens dependem de condições históricas precisas.

Se bem que na capa desta obra se anuncie o tráfico de escravos nos portos de Moçambique, o título interior fornece as indicações cronológicas indispensáveis: 1733-1904, ou seja cerca de dois séculos de história tormentosa. José Capela salienta a mudança registada na organização do tráfico dos escravos no Índico, com o reforço da circulação do comércio negreiro no Atlântico. De resto, José Capela não pretende abarcar todas as facetas da escravatura, pois se se refere a existência de condições particulares da organização social moçambicana, não é para analisar as formas específicas da dominação. E, se o historiador não pode deixar de recorrer à antropologia, não se deixa ele arrastar por esta disciplina, a ponto de diluir o vigor da história, como por vezes acontece.

José Capela não pode deixar de evocar os preconceitos do colonizador que servem de justificação ética considerada suficiente: se os africanos são preguiçosos e indolentes, só pela violência podem ser levados a produzir. Esta justificação preconceituosa serve para justificar dominação, escravatura, exploração, mantendo-se como justificação dinâmica até ao relatório e à legislação de trabalho compelido, no qual António Ennes desempenhou um papel primordial. Não é, por isso, por acaso, que a sua figura em bronze pertence aos “heróis culturais portugueses”, hoje aposentados na fortaleza de Maputo.

José Capela procura, na esteira de tantos outros historiadores, definir as diferenças entre as formas de dominação africanas, ou até orientais e aquelas criadas pelos europeus, que se começaram a banalizar sobretudo a partir do século XVI. Se os africanos conhecem formas de dominação, não parece muito acertado classificá-las

de acordo com a grelha europeia, organizada no Mediterrâneo e consequência do próprio processo religioso; com a participação das três religiões fundamentais – judaísmo, islamismo e cristianismo. Na análise do estatuto e da responsabilidade individuais, substituídas pela responsabilidade colectiva, José Capela, recorrendo à documentação portuguesa, põe em evidência a falsa passividade dos escravos, vítimas antes do próprio sistema cultural moçambicano, incapaz de compreender os autênticos objectivos das formas de comercialização e de dominação europeias.

Contraditoriamente, José Capela salienta a extrema flexibilidade das sociedades africanas, onde a escravatura – será este o termo conveniente para classificar as formas de dominação africanas? – não impede nunca a integração: os escravos, qualquer que tivesse sido a sua forma de produção, “acabavam por ser, de uma ou outra maneira, integrados nessas mesmas sociedades” (p.14). Não parece excessivo concluir que a diferença entre as práticas africanas e as asiáticas ou europeias, reside precisamente na “comercialização” dos africanos provocada pelo tráfico, que corresponde de facto a uma “coisificação” dos homens, o que não se verifica nas sociedades africanas, onde o próprio estatuto dos chefes de família, mas também dos chefes políticos, depende do número de dependentes.

Convém contudo salientar a existência do que podemos designar como sendo uma ruptura epistemológica, que levou as autoridades e as próprias famílias africanas a vender os seus membros, que ainda por cima são embarcados para ser levados para destinos que durante muitos anos não foram sequer conhecidos pelas sociedades africanas. A verdade porém é que, em determinado momento da história política e cultural de Moçambique se regista a comercialização dos homens, na qual participam todas as instâncias sociais existentes.

José Capela empenha-se em proceder ao inventário e à análise dos sistemas de ideias, assim como das instituições que se encarregaram de assegurar a banalização da escravatura. Embora, pelo menos nos subentendidos, José Capela ponha em evidência a responsabilidade dos europeus, seja qual for a categoria a que pertencem. O próprio clero católico, empenhado em assegurar os valores do pé de altar, mostrou-se quase sempre um agente activo na produção de escravos, esquecendo a sua função de salvador das almas.

De resto, salienta ainda José Capela, confirmando na situação de Moçambique o que já fora posto em evidência na costa ocidental

e mais particularmente nos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, assim como em Angola: o tráfico negro não depende de uma anestesia dos valores éticos, pois implica uma convergência de todos os grupos sociais, empenhados em en selvajar o outro africano, maneira de o transformar “legitimamente” em escravo.

É com razão que José Capela salienta a importância crucial das questões de género, na medida em que o casamento constitui um mecanismo essencial na organização da norma social africana (p. 14). A complementaridade dos sexos, da qual depende a própria reprodução, permite a integração dos “importados” no quadro familiar e do parentesco. Pode até dizer-se que o parentesco desempenha um papel ambíguo, face à responsabilidade colectiva que, salienta Capela, constitui um dos pilares do funcionamento harmónico das sociedades africanas.

Por razões evidentes, Capela tece algumas considerações a respeito da escravidão nas sociedades africanas, embora haja talvez aqui razão para suscitar o problema etimológico, pois “escravo” não é um substantivo africano, sendo como é um latinismo criado no Mediterrâneo para responder às novas condições de dominação que se iam organizando, sobretudo nas relações com os países e as regiões do Leste europeu. O facto de o termo se ter generalizado, quando não até universalizado, não elimina a necessidade de analisar a língua como portadora das marcas sociais que permitem decifrar a origem e a função das palavras.

2. O comércio negro europeu no Índico e a relação com o Brasil

O estudo de José Capela organiza-se em função do tráfico negro suscitado pelos europeus, sobretudo portugueses e franceses. De resto, esta obra começa por analisar as relações com os franceses no século XVII, na medida em que, instalados nas Mascarenhas e nas Comores, os franceses modificam de forma substancial a circulação no Índico. Esta forte presença francesa parece ter influenciado nas relações com o próprio Rio de Janeiro (pelo menos a partir de 1773), registando-se também em 1772 nas ilhas do cabo Delgado, e devendo também contabilizar-se a sua influência na evolução de Quelimane. Acrescente-se que foram igualmente os

franceses que criaram o estatuto dos *libres engagés*, cuja gestão polémica levou ao choque entre os governos europeus, devido à questão da barca de Charles et Georges, que mereceu referência nos manuais escolares organizados durante o fascismo, num plano idêntico ao concedido ao *Ultimatum* de 1890.

José Capela começa por salientar o carácter reduzido da exportação de escravos para o Oriente em geral e o Oriente português em particular. De tal maneira que só a intervenção dos franceses criou um tráfico inter-índico, de que o texto dá conta. Creio, todavia, que José Capela teria sido mais convincente se tivesse mostrado que a presença portuguesa não depende de nenhuma “rede”, como agora pretendem sobretudo os historiadores asiáticos, mas sim de uma adequação muito pragmática às estruturas sociais e técnicas existentes. Se o Brasil exige escravos, é devido às duas actividades principais, a agricultura e a mineração. Ora os portugueses, em África e ainda mais na Ásia, recusavam instalar-se em terra, o que os dispensa seja de capturar os autóctones, seja sobretudo de importar escravos. A situação só mudará já no século XVIII sob a dupla pressão dos portugueses do Brasil, e dos franceses. Deve de resto dizer-se que a procura de escravos de origem moçambicana no Brasil se reforçará no século XIX, a ponto de permitir a instalação de negreiros brasileiros nos portos moçambicanos, situação modificada em parte pela independência do Brasil, que transformou os antigos “brasileiros”, que eram portugueses, em estrangeiros. Acrescenta todavia José Capela, numa observação mordaz, que nunca, ou quase nunca, os portugueses aplicam as leis que aprovam. Também neste caso o tráfico pode prosseguir com destino ao Brasil, pelo menos até 1850, graças aos negreiros brasileiros já instalados em Moçambique.

O comércio transatlântico só aparece tardiamente, entre 1794 e 1829, na sua primeira forma, salienta Capela. Os armadores estão ligados a portos portugueses, brasileiros e moçambicanos. São os brasileiros que pedem escravos, obrigando a colónia a organizar-se para poder satisfazer a procura. José Capela põe em evidência, de maneira pragmática, que os interesses do lado brasileiro foram bastantes para impor o tráfico negreiro (p.80), desprezando as disposições legais que o proibiam.

A forte presença brasileira, reforçada devido ao desterro de alguns conspiradores da Inconfidência mineira – o mais conhecido dos quais é Tomaz António Gonzaga – arrasta consigo a criação de

lojas maçónicas, embora tal aconteça já sobretudo no século XIX, os responsáveis portugueses denunciando a banalização de algumas ideias “francesas”, entre as quais avulta o anti-clericalismo. Esta actividade maçónica parece particularmente curiosa, na medida em que serve de agente criador do comércio escravagista. Os princípios da liberdade, igualdade e fraternidade não parecem fazer parte da panóplia ideológica destes “maçons”, que aparecem sobretudo neste inventário dos agentes específicos do tráfico, como agentes dos interesses dos comerciantes negreiros brasileiros. Deve dizer-se que é pouco apropriado referir-se a “seitas” neste quadro prático-ideológico, pois não as encontramos, embora seja certamente necessário, num futuro próximo proceder a uma análise histórico-crítica destas actividades maçónicas.

O século XIX é todavia o do tráfico negro transatlântico, sendo também o século das interrogações éticas, que determinam soluções civilizacionais e jurídicas. A pressão brasileira (p. 80) foi determinante na organização das actividades escravagistas portuguesas, que por sua vez impunham o seu ritmo às sociedades africanas, cuja produção de escravos destinados ao comércio de exportação dependia da procura europeia.

Os primeiros anos do século são caracterizados não só pelos choques militares em Portugal (guerra das laranjas em 1801, invasões francesas em 1807), mas no quadro teórico que nos diz respeito, pela soma de modificações introduzidas na produção e na circulação dos escravos. Embora convenha pôr em evidência o paradoxo político americano e europeu: os ideais abolicionistas não são reconhecidas pelos teóricos da liberdade política: os Estados Unidos, em 1776, a França, em 1789, recusam devolver a liberdade aos escravos.

Podemos encontrar nesta situação o nó central da construção da própria figura da liberdade, o que contudo não impede que as correntes abolicionistas se reforcem, tal como se reforçam as medidas para impedir o tráfico negro. Ou seja, admite-se a sobrevivência da escravatura, embora se procure impedir a actividade dos negreiros.

No caso moçambicano devemos lembrar que a legislação portuguesa fixa um limite – 10 de Fevereiro de 1830 – para que os navios negreiros abandonem os portos de Moçambique, medida reforçada pelo decreto de 10 de Dezembro de 1836, que proibia o tráfico de escravos nas colónias portuguesas. Se o Brasil já perdera essa con-

dição, a verdade é que continuava, como continuou, a depender da força do trabalho africana, fornecida legal ou, cada vez mais frequentemente, ilegalmente.

Como é geralmente sabido, a legislação igualitária redigida pelo marquês de Sá da Bandeira não foi posta em prática pelas autoridades portuguesas. Apontaram-se razões bio-ideológicas: “os povos eram brutos e para mais nada serviam que não fosse para a escravatura”. Por outro lado, e de maneira mais pragmática, verifica-se que sem a exportação de escravos, Moçambique ficaria sem rendimentos, como mostram as informações alfandegárias referidas por José Capela.

Parece-me também significativo, embora José Capela o não refira, que os trabalhadores moçambicanos sejam deveras apreciados no Brasil, onde o grupo dos “moçambiques”, identificado em várias regiões, aparece como referido entre os que se integram no mecanismo da produção, mostrando-se capazes de aprender as técnicas sem as quais a sociedade brasileira, urbana ou rural, não podia funcionar. Está ainda por fazer a destriça das contribuições dos diferentes africanos para organização social brasileira, salvo em parte, no aspecto religioso.

A única verdadeira tentativa do governo português para liquidar as várias operações ilegais e clandestinas, foi a nomeação do governador-geral Joaquim Pereira Marinho, que é considerada uma autêntica “revolução”, na medida em que esta autoridade decidiu fazer frente ao “clã” dos negreiros. Como não podia deixar de ser, confirmando a tendência geral da sociedade portuguesa, e dos europeus que a ela se associam, para manter as formas violentas de dominação, Pereira Marinho foi obrigado a renunciar à sua tarefa. Podemos já acrescentar, utilizando as informações de José Capela, que este sistema só foi de facto arruinado já no século XX, em 1902 para ser tão preciso como Capela.

Há contudo outros actores neste processo do comércio transatlântico: os arábios, os mouros, os mujojos, que se servem sistematicamente dos pangaios. Creio que, até agora, estas embarcações não tinham ainda ocupado neste processo o papel que José Capela (p. 248) lhes reconhece. Mais ainda, saio do texto convencida da necessidade de dedicar a este aspecto da presença de culturas não-portuguesas na costa moçambicana, um estudo sistemático. Se os pangaios participam de maneira activa no tráfico clandestino, entre 1754 e 1902, com tripulações suailis ou falando o suaili (suahilis),

vemo-los inseridos no tecido capilar moçambicano com uma insistência e uma eficácia considerável.

Sendo que, por outro lado, esta actividade põe em evidência a fortíssima presença de uma actividade negreira em pequenas quantidades, na medida em que o calado dos pangaios e os capitais que eles podem manipular, não podiam deixar de ser reduzidos. José Capela assinala a liquidação desta actividade devido à captura de 127 negreiros em Fevereiro e Março de 1902, em Naburi e Samuco. Destes, tendo morrido alguns, forma julgados 68, sendo alguns condenados a 25 anos de degredo na costa ocidental.

3. Violências esclavagistas /fragilidades da resistência

José Capela procura também analisar o tratamento dado aos escravos (p. 288 e seguintes). Como não podia deixar de ser o aparelho judiciário colonial encontra sempre razões para desqualificar os crimes cometidos pelos colonos ou para absolver os acusados. Mas, paradoxalmente, “à medida que o tempo avança, sem que se possa invocar uma mutação assinalável nos comportamentos”, “acentuam-se os indícios de violência sobre os escravos”. Não será essa situação determinada pelo aparecimento de funcionários dispostos a dar combate à “situação escravista”, situação certamente inesperada para aqueles que não estavam em condições de acompanhar o debate que abalava a Europa, sob a direcção dos filantropos britânicos? Talvez assim se possa explicar a “tomada de consciência do seus direitos por parte dos escravos”, havendo até alguns que são libertados pela Junta, depois de denunciarem a injustiça que preside à sua escravidão.

Creio todavia que se regista uma leve derrapagem da explicação de José Capela que dá conta da suspensão da outorga de “cartas de liberdade”, ficando os libertos em depósito, sendo então “sujeitos ao trabalho”: “assim se dava início, oficialmente, ao que viria a ser uma instituição mais penosa do que a escravatura, a saber, o trabalho forçado” (p. 289). Se se pode facilmente concordar com a agravação das relações de dominação, é necessário, contudo, sublinhar que as autoridades portuguesas recusaram desde sempre reconhecer a existência do trabalho forçado, pois a legislação impõe o trabalho compelido em situações cuidadosamente inventariadas. A legislação inspirada por António Ennes procura encontrar um sucedâneo para

a escravatura, mas que na teoria e na prática dela se diferenciem. Mas José Capela, estudioso desta questão, pára a sua análise neste patamar da modificação.

De resto, não há mudança das mentalidades, na medida em que nestes vastos espaços coloniais, não há análise dos fundamentos ideológicos do colonialismo e da escravatura. José Capela salienta o facto de inclusivamente nos cemitérios haver diferença e separação: os escravos só tinham direito a cemitérios separados, e em muitas ocasiões eram simplesmente lançados ao mar. Convém talvez lembrar que na toponímia de Lisboa existem ainda dois “poços”, o dos Negros e o dos mouros, que mantêm a memória do período em que a cidade recusava enterrar nos cemitérios e sobretudo nas igrejas os escravos, que eram lançados em tais poços onde eram comidos pelos cães que erravam pela cidade. Não se regista por isso a mínima alteração do código, mantendo-se a rigidez dos comportamentos, mesmo se, no plano teórico, simplesmente literário, se analisam as graves opções da liberdade.

Um outro capítulo é consagrado ao “passadio”, isto é, à análise das condições impostas pelos negreiros às centenas de pessoas que podiam ser metidas nos navios consagrados ao tráfico, e isto apesar das regras que, pelo menos a partir de 1648, procuram defender os africanos, definindo-lhes um espaço mínimo, uma alimentação bem calibrada e até assistência médica. Na verdade, os comerciantes encafuavam os futuros escravos em quintais (idênticos aos famoso “quintalões” de Benguela), sendo a maior parte “ferretados”. Capela hesita um pouco no que se refere ao alimento principal; feijão na p. 254, milho na p. 256. Creio que se pode aceitar a existência de uma associação, não havendo contudo o risco do escorbuto, dado a relativa rapidez da viagem. Todavia as condições da viagem são tais que em alguns casos morrem 25% dos escravos, embora se registem também percentagens menores. Mas José Capela sugere, mais do que afirma, que se deve aceitar a média dos 21% que não impede lucros muito elevados.

Por outro lado, José Capela salienta o custo bastante elevado dos escravos, o que não limitou de forma alguma nem as operações comerciais, nem as exportações, tardias embora, e suscitadas sobretudo por franceses e “brasileiros”. Se o número de mortos é muito elevado, superando amplamente os 10% esperados na costa ocidental, nem por isso, esta situação impede os lucros elevados dos negreiros que ascende, em média, a 40,537% (p. 205). Lucros

menores do que aqueles permitidos no século XVI, mas mesmo assim suficientemente remuneradores para suscitar vocações negreiras, embora se registasse na sociedade colonial portuguesa um certo asco pelo negreiro. Todavia, este pode circular em todo os grupos sociais, pois as classes superiores, o clero e a nobreza, não hesitaram em associar-se a estas operações. Uma parte importante dos recursos do clero provém do “pé de altar”, que recebe pelos baptismos apressados e maciços que é obrigado a fazer, para respeitar a lei. Uma das manifestações do anti-clericalismo permite que os negreiros rejeitem este baptismo, considerando-o inútil.

Forçado pela história actual da escravatura, José Capela prestou uma grande atenção aos “motins e rebeliões” (p. 265), para concluir que “temos notícias de muito poucos” (em 1750, 1788, 1789; 1796 e 1859). Este reconhecimento salienta a quase nula resistência dos africanos desta costa às operações da escravatura, pois centenas de homens e mulheres, com crianças, percorrem quilómetros e quilómetros para alcançar os portos negreiros, onde são embarcados, sem que tal suscite a menor resistência. Esta situação deve ser melhor analisada, na medida em que põe em causa a mitificação da resistência generalizada, que nos parece incompatível com a criação de sociedades criadas com base no estrato africano, como aconteceu, por exemplo, nas ilhas de São Tomé ou de Santiago de Cabo Verde.

4. Os “efeitos do tráfico”

José Capela procura (p. 273) proceder ao inventário dos “efeitos do tráfico”, que só podem ser o que realmente foram: negativos. Embora pareça que esta situação não decorre apenas do chamado comércio ilícito – que introduz em Moçambique armas de fogo e pólvora – mas do desmantelamento regular das próprias estruturas africanas. Sendo certo contudo que José Capela salienta o desaparecimento de culturas agrícolas assim como de manufacturas na Zambézia, que continua a ser não um território mítico, mas o lugar onde uma parte da historiografia moçambicana encontra concentrada algumas das opções centrais do colonialismo, tal como as respostas das populações.

Se integrarmos a escravatura no quadro amplo das relações comerciais, verificamos que a redução, lenta mas constante da pro-

dução autóctone de ouro e marfim – durante muito tempo as mercadorias preferenciais, mantendo os portugueses os circuitos comerciais organizados durante o período de dominação árabe – foi necessariamente substituída pelo tráfico de escravos.

Qual o impacto económico desta actividade? O que representam os escravos tanto na estrutura social do território – seria difícil designá-lo então como um país -, como na produção de riqueza? As mercadorias preferenciais fornecidas pelos africanos – o ouro e o marfim – começam a reduzir-se. W. G. L. Randles já mostrara que o comércio português fora incapaz de substituir a bela organização árabe que aí se encontrava nos anos finais do século XV, princípios do século XVI.

Os documentos são raros, pelo que só os registos alfandegários podem fornecer algumas indicações úteis, mas de importância reduzida na medida em que campeava – como em todos os territórios portugueses - o contrabando, o qual arrastava atrás de si, como não podia deixar de ser, a corrupção. E como uma parte deste comércio era pago com moedas espanholas, a contabilidade revela-se ainda mais difícil.

O que mais parece surpreender é a ausência de fortunas consideráveis: José Capela não nos fornece um único nome ao qual esteja ligado o enriquecimento tornado possível pelo tráfico negreiro. Ora se os negreiros são mal vistos pela sociedade portuguesa, ou em todo o caso pelas facções dominantes da burguesia, tal situação só pode explicar-se pelas condições do recrutamento: o negreiro provém por isso de lugares sociais de fracos capitais e de fraquíssima preparação intelectual. O que, por sua vez, talvez permita explicar a maneira como estes homens se empenham em manter os circuitos da escravatura, assim como multiplicam as opções brutais do tráfico, quer no Índico, quer no Atlântico. É por isso surpreendente que José Capela se refira a uma hipotética e impossível “ética” dos negreiros (p. 247). Tal como é surpreendente, num registo complementar, a rareza de mapas e de indicações cartográficas.

Conclusão

O trabalho histórico de José Capela permite isolar alguns traços mais significativos, um dos quais tem a ver com o próprio modo de

produção das populações integradas neste vasto espaço que só a partir dos anos finais do século XIX – em todo o caso depois do *Ultimatum* inglês de 1890 – adquiriu o seu perfil mais decisivo do Moçambique dos dias de hoje. Se os portugueses procuraram inserir-se no sistema comercial organizado pelos árabes, verificou-se não terem sido eles capazes de manter o nível da produção, o que foi reduzindo a oferta do ouro, ameaçado por outro lado pelo contrabando. Se, como salienta justamente José Capela as duas mercadorias preferenciais foram, até ao século XVIII o ouro e o marfim, foram elas reforçadas pelos escravos.

Uma vez que a presença no Índico não exigia o recrutamento de uma ampla força de trabalho, o tráfico negroiro foi deixado em dormência, sempre pronto a responder às solicitações dos colonos, portugueses ou outros. Mas o mercado só começou a constituir-se a partir do século XVII, e mesmo então sob a pressão francesa e de maneira tímida. Tal se deve, como é evidente, às produções dominantes no território, que não interessavam o comércio internacional português. Situação reforçada pela pouca confiança na competência técnica dos produtores e dos comerciantes africanos.

O carácter tardio do tráfico negroiro depende por isso de uma certa impotência do próprio aparelho político e económico português, que depende da organização dos Outros que reconhece, descobre, subconquista e submete. Se bem que se regista, convém salientá-lo, uma grande diferença entre Angola e Moçambique, pois na primeira o sistema comercial funcionou, após a abolição da escravatura, graças à produção dos africanos, como de resto foram amplamente dito e demonstrado pelo último governador-geral da monarquia, o então capitão Henrique de Paiva Couceiro. Não poder contar com essa produção africana travou a própria evolução dos núcleos portugueses, que não sendo formados por “produtores”, apostavam apenas no comércio, que podia incluir ou não os próprios homens.

Entre as várias lições explícitas ou subjacentes neste trabalho de José Capela, convém pôr em evidência a pouca flexibilidade da organização portuguesa, para quem o comércio deriva na maior parte dos casos da própria intervenção militar ou armada. Semelhante opção, que encontrou um esforço na lógica da operações indianas, onde era impossível separar as escolhas comerciais das opções militares marcadas pelo espírito sacrificial da missão religiosa dos católicos, só podia impedir a revisão das condições de

produção africanas, mesmo na Zambézia, onde apesar de tudo a agricultura procurou organizar-se para a produção industrial destinada à exportação.

É evidente que esta longa análise diz essencialmente respeito a uma estrutura portuguesa, que contudo não pode ser separada das escolhas e dos percursos europeus, entre os quais avulta a forte presença de britânicos e de franceses. Serve também, embora menos directamente, a história dos africanos, apanhados na engrenagem cruel da escravatura, quer ela fosse inicialmente árabe ou suahili. O mais significativo reside na terrível estrutura lógica da escravatura e do tráfico negreiro, que funciona quase auto-alimentada por sistemas ideológicos e por condições práticas. Pensar o Outro corresponde a reconhecer-lhe ou negar-lhe a sua essência.

Permito-me por isso pensar que este trabalho de José Capela que não podemos separar da massa impressionante de páginas e de ideias que nos propõe terá a descendência que merece.